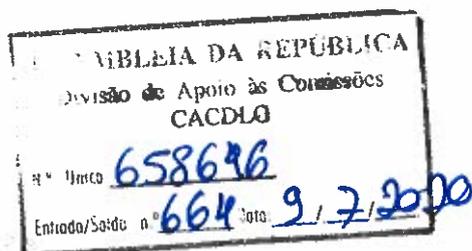




GRUPO PARLAMENTAR

Na reunião de 21 de julho de 2020,
rejeitado, com votos contra do PS,
votos a favor do PSD, do PCP, do CDS-PP,
do PAN e do DURA CH e da Deputada
Núria JKM e a abstenção do BE.



Exmo. Senhor

Presidente da Comissão de Assuntos
Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias,
Deputado Luís Marques Guedes

Requerimento

Desde dezembro passado que cerca de cinco dezenas de jovens, vindos de Marrocos, têm vindo a ser intercetados em barcos de madeira na costa algarvia.

Dos 48 jovens que desembarcaram na costa algarvia, em vários grupos, a imprensa tem vindo a noticiar que pelo menos 13 estão em “paradeiro desconhecido” e outros têm escapado episodicamente das instalações em que se encontravam retidos.

Quanto aos desembarques, o Governo, em uníssono, através do Ministro da Administração Interna e do Ministro dos Negócios Estrangeiros, refuta a ideia da existência de uma rota de imigração ilegal.

Aliás, o Senhor Ministro da Administração Interna, em declarações na Comissão Parlamentar de Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias afirmou que Portugal “*não deve cair no ridículo*” ao falar em rota ilegal para o Algarve “*(...) estando a falar de quatro desembarques desde dezembro de 48 pessoas, devemos ter alguma*

dimensão do ridículo quando compararmos com aquilo que são 7.500 chegadas a Espanha desde janeiro."

Em sentido inverso, no entanto, os Serviços de Informações reforçaram a sua preocupação com o impacto em Portugal de redes de imigração ilegal que estão a operar a partir de Marrocos e na sua análise de ameaças que consta do Relatório Anual de Segurança Interna de 2019, salienta-se que *"Portugal continua a servir como um ponto de acesso subsidiário ao espaço europeu, sendo expectável um aumento da imigração ilegal com reflexos diretos no nosso país"*.

"É encarado como especialmente preocupante para a segurança interna o aumento dos fluxos migratórios registados na rota do Mediterrâneo Ocidental face a anos anteriores", afirma-se no RASI 2019.

Aliás, logo após os primeiros casos que ocorreram em dezembro do ano passado, quando foram detetados oito jovens marroquinos na praia de Montegordo, o SIS tinha advertido as autoridades e o Governo para a possibilidade de se estar a testar uma nova rota. E para os serviços de informações, o acolhimento proporcionado a estes migrantes - os quais foram aconselhados a pedir asilo - podia ser um fator de atração para as redes criminosas de imigração ilegal que operam naquela região do norte de África.

Segundo o que foi reproduzido na imprensa, através da Agência LUSA, no passado dia 15 de junho, o SEF terá inclusivamente admitido que boa parte destes migrantes tinham fugido das instalações onde se encontravam retidos.

Na passada sexta-feira, o SEF anunciou num comunicado que tinha *"localizado e capturado ao início da noite"* três migrantes marroquinos que tinham fugido do Espaço Equiparado a Centro de Instalação Temporária no Aeroporto do Porto.



GRUPO PARLAMENTAR

Ontem, mais uma vez, foi divulgado que um grupo de seis pessoas se teria evadido de madrugada do Espaço Equiparado a Centro de Instalação Temporária do aeroporto de Faro, tendo, entretanto, as autoridades já localizado três delas, dois pela GNR e um pelo SEF.

O Grupo Parlamentar do PSD considera que toda esta situação deve ser devidamente esclarecida e, neste sentido, solicita ao Senhor Presidente as diligências necessárias à audição do Senhor Ministro da Administração Interna sobre esta matéria, na Comissão de Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias.

Palácio de S. Bento, 8 de julho de 2020

Os Deputados do PSD,

Carlos Peixoto

Mónica Quintela

Catarina Rocha Ferreira

